

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Ainda que seja difícil de avaliar a importância de cada uma das actividades de índole económica desenvolvida na freguesia, não será errado afirmar-se que a agricultura e a construção civil constituem as suas mais importantes actividades económicas.

Ainda que seja bastante diversificada e de exploração familiar, a principal fonte de receita proveniente da agricultura é constituída pelo vinho, aparecendo depois a horticultura e fruticultura.

Antes relativamente importante, a testar pelo número de postos de desnatação existentes, a pecuária tem uma importância desprezível.

Depois da agricultura, que apesar de não se conhecer o seu real peso é o sector económico mais importante, surge a industria, onde a construção civil atinge um peso considerável, principalmente pelo número de estreitenses que trabalham em empresas sediadas fora da freguesia.

O Estreito, a exemplo do que acontece um pouco por toda a região está desprovida de industrias importantes, sendo, por isso as existentes com uma dimensão reduzida e poucas empregam mais do que 10 a 15 trabalhadores.

O sector da restauração, constituído por seis restaurantes também merece algum destaque uma vez que o principal prato que apresenta, a espetada, constitui quase que o ex-libris da freguesia e que atrai muitos forasteiros. Apesar das crises que assolam a Venezuela e a África do Sul, o dinheiro proveniente da emigração continua, também a ter um peso importante.

No entanto haverá outros sectores onde é possível obter uma rentabilização, nomeadamente no turismo, justificando-se por isso mesmo um levantamento exaustivo das nossas potencialidades e sua exploração.

1. FEIRAS E MERCADOS

A freguesia do Estreito apresenta no contexto madeirense uma particularidade quase única, na vivência do Domingo, por parte da sua população e não só.

Desde tempos remotos, ou pelo menos desde longa data e sem que o tempo ou as mudanças de comportamento das pessoas impostas pelos avanços tecnológicos e mudanças sócio-económicas tivessem introduzido grandes alterações, o Centro da Freguesia transforma-se ao Domingo numa

autentica feira, onde se vende e compra de tudo, desde a hortaliça, à fruta, às bugigangas, materiais de construção civil, pronto a vestir e animais. A ele acorrem pessoas vindas, não só de todos os pontos da freguesia, como de outras freguesias e concelhos periféricos.

Conciliando a ida à missa com a possibilidade de vender ou comprar qualquer coisa, de efectuar pagamentos por serviços prestados durante a semana, de combinar trabalhos, conversar um pouco com pessoas conhecidas e que se sabe estarem presentes, ou ainda, só para viver a azafama, o centro do Estreito enche-se de pessoas ao domingo de manhã que caminhando nos seus escassos arruamentos, entrando neste ou naquele estabelecimento ou bar para beber uma cerveja ou um copo de vinho, parando aqui e acolá em pequenos grupos para cavaquear, dirigindo-se para o mercado ou vindo dele, admirando esta ou aquela montra, comprando ou vendendo este ou aquele produto, dão-se um aspecto sui generis. É realmente um ambiente de autentica feira que se vive na freguesia do Estreito, embora que nunca ninguém assim lhe tivesse chamado.

No entanto, numa altura em que cada vez mais se verifica uma tendência por parte das pessoas no abastecimento em hipermercados, haverá necessidade de revitalizar o mercado ou feira dominical do Estreito, pois este dia constitui, para os comerciantes o momento mais importante de comércio e aquele que, de certo modo, compensa as magras vendas ao longo da semana. Desta forma haverá que na medida do possível fluidificar o trânsito no centro da freguesia, permitindo simultaneamente o estacionamento e, por outro lado ampliar as instalações do mercado, através da

construção de mais um piso, de forma a permitir uma maior mobilidade das pessoas e uma maior dispersão dos vendedores e produtos.

Ainda que, possa ser discutível, se a autorização para que os vendedores ambulantes, se traduzam não numa concorrência, mas num aumento das vendas globais de todo o comércio, pois que eles poderão atrair clientes de outras freguesias, como aliás acontece, no continente, onde toda a gente vai por exemplo à feira de Carcavelos, a Câmara deverá ser severa na proibição das actividades dos vendedores ambulantes, pelo menos enquanto não ficar provado que essa actividade regular não prejudica o comércio local.

2. TURISMO

Quem folhear as páginas dos jornais regionais dos dois primeiros quartéis deste século verificará que inúmeras são as referências publicadas relativamente ao grande interesse turístico do Estreito, particularmente da sua parte alta, como inúmeras são as chamadas de atenção às autoridades para a necessidade do aproveitamento destas potencialidades.

Um sem número de excursões a pé, ou em rede e compostas quer pela fina flor da sociedade funchalense, quer por estrangeiros aparecem da mesma forma referenciadas.

Fundamentalmente três eram os destinos inaltecidos: O Jardim da Serra, a Boca da Corrida e a Boca dos Namorados.

Hoje, após algumas décadas, persistem o Jardim da Serra, a Boca da Corrida e a Boca dos Namorados, mas inexplicavelmente abandonados e já nem para madeirense ver. Digo inexplicavelmente porque, mesmo tendo em conta a parcialidade com que um estreitense inaltece a sua terra, estas zonas são bonitas e a partir delas se desfruta magníficas panorâmicas. Contudo, quando relativamente a estas zonas o comboio parecia perdido, as últimas eleições autárquicas vieram, através de alguns dos seus eleitos, dar alguma esperança de salvação. Por um lado, a Junta de freguesia do Estreito lança a ideia da criação de uma grande zona de lazer naquela área aproveitando simultaneamente o seu interesse turístico e por outro a Câmara Municipal por ocasião dos 200 anos da criação da freguesia do Curral das Freiras relança a ideia do teleférico que da Boca dos Namorados iria até ao Curral. É claro que nunca mais ninguém nisso falou e tudo se parece encaminhar para o esquecimento. Mas o Estreito, para além destas e de outras zonas, nomeadamente o percurso Castelejo-Boca dos Namorados e Cabo Girão-Jardim da Serra, tem oportunidade de oferecer outros atractivos de interesse. Há algumas décadas atrás e aproveitando a beleza das cerejeiras com seus frutos era, por iniciativa do Dr. Castro Jorge, iniciada a festa das cerejas, primeiro certame deste género realizado na Madeira. Em 1990 a Junta de Freguesia reforça esta iniciativa e seus objectivos com o "Cross das Cerejeiras em Flor" aproveitando a brancura das cerejeiras, por ocasião da sua floração.

Mas o Estreito é também, por excelência, o lugar da Madeira. É o maior contribuinte para o vinho madeira e por isso mesmo tinha de aproveitar essa particularidade em seu benefício; daí constituir o local ideal para a realização de mais uma festa de frutos, a das vindimas. Assim o entendeu alguém, há alguns anos atrás, ideia posteriormente relançada, e bem, pela Secretaria do Turismo.

O despertar as autoridades autárquicas, e regionais para o interesse turístico do Estreito, tem sido um dos grandes objectivos da Junta de Freguesia. Nesse sentido, no dia 2 de Abril de 1990, em ofício dirigido à CMCL, tivemos a oportunidade de, a esse propósito, expressar as nossas preocupações.

Nele alertávamos a Câmara para o estado de degradação em que se encontrava a zona da Boca dos Namorados bem como as veredas de interesse turístico e recomendávamos que, com carácter de urgência, se efectuasse um estudo de viabilidade turística tanto para a Boca dos Namorados como para a Boca da Corrida, de forma a tentar ampliar o circuito turístico madeirense até à freguesia do Estreito. A Junta de freguesia chegou, no mesmo ofício, a delinear um circuito turístico e que envolveria passagem por Pico da Torre, Cabo Girão, caminho da Furneira, Jardim da Serra, Boca dos Namorados, Castelejo, Estreito-Igreja, Funchal.

Mas, a Junta não se ficava por aqui. Alertava, também, a Câmara para a necessidade da criação, na zona alta do Estreito, nomeadamente na Boca dos Namorados ou Corrida, de uma zona de lazer com possibilidade de instalação futura de infra-estruturas (estalagem, parque infantil, campo de ténis, circuito

de manutenção, parque de campismo, restaurante, estruturas de apoio à realização de piqueniques, etc.) capazes de atrair até ao Estreito o maior número possível de forasteiros, condição imprescindível à continuação do desenvolvimento, tanto da parte alta da freguesia como do seu centro. Para o efeito, recomendava a aquisição dos terrenos necessários, antes que o tempo tornasse inviável esse projecto, que nem era utópico, nem demasiado dispendioso, constituindo para além disso, uma importante arma contra as consequências nefastas do desvio de trânsito que a via rápida iria provocar no Estreito. Na altura afirmamos que, independentemente de eventuais intenções privadas existentes para desenvolver esta área, a Câmara ou outra estrutura governamental tinha a obrigação e o dever de assegurar para si o espaço e depois, então, planificá-lo, de acordo com o interesse da comunidade, reservando uma área para que a iniciativa privada construísse algumas infraestruturas necessárias, com contrapartidas ou não, e outra para o público em geral.

Tal como em 1990, neste momento a Junta de Freguesia continua a acreditar que, pelas características desta zona do Estreito será possível com os mesmos custos criar uma infra-estrutura de lazer e simultaneamente de interesse turístico, susceptível de atrair madeirenses e estrangeiros.

Mas a Junta não se preocupou unicamente com a Boca dos Namorados e Corrida, ela preocupou-se, com outras zonas de interesse turístico, mas que a construção não planificada poderá, destruir e assim, no mesmo ofício alertava, ainda, a Câmara para a necessidade de ao apreciar e aprovar projectos de

construção à margem da estrada do Castelejo, particularmente a partir do largo onde actualmente voltam as camionetas e até à Boca dos Namorados, tivesse redondado cuidado, pois, a partir destas zonas disfruta-se uma magnífica paisagem.

As veredas de interesse turístico e sua necessidade de recuperação foram também assuntos abordados pela Junta de Freguesia e motivo de alerta à CMCL em 1990.

No entanto, no final de 1991 tudo se mantém, como no início de 1990, a aguardar solução, uma solução que terá de ser encontrada urgentemente e antes que outros locais, dinamizados pela proximidade relativamente ao Funchal que a via rápida lhes vai facultar criem aquilo que nós propomos para a nossa freguesia.

É necessário e urgente reparar as veredas, abrir ou asfaltar estradas, dotar a população de água potável, e muito trabalho nesse sentido tem sido feito; mas também é necessário que de forma harmonioso se pense na nossa imagem exterior, caso contrário, perderemos definitivamente o comboio do desenvolvimento e do nosso crescimento, em termos de riqueza. Por isso é urgente, é necessário apoiar iniciativas que visem a promoção da freguesia a nível regional, é necessário reactivar o interesse turístico que algumas das nossas regiões apresentam.

3.AGRICULTURA

A freguesia do Estreito, como aliás quase todas as freguesias da Madeira tem na

agricultura e, nomeadamente na cultura do vinho a sua principal riqueza. Contudo, em 1991 esta actividade foi assolada por uma terrível crise, que só não foi maior porque se registou uma intervenção governamental.

A este propósito convirá recordar a acção da Junta de Freguesia em defesa dos interesses dos agricultores. Tendo chegado ao seu conhecimento que se iriam registar problemas de escoamento, a Junta tentou esclarecer-se logo da situação tendo sido informada da decisão do governo em adquirir o excedente. Contudo, cedo pode constatar, pela ocorrência de alguns incidentes que a solução escolhida não havia sido convenientemente estudada e adaptada às expectativas dos agricultores, que nas últimas décadas nunca se haviam visto confrontados com semelhante problema.

Se é verdade que se deve apostar na qualidade do vinho o que implica simultaneamente apostar na qualidade das uvas, a verdade também é que os agricultores nunca se viram na necessidade de melhorar essa mesma qualidade. As empresas que lhes compravam as uvas nunca implicaram com o facto de estarem podres e nunca se preocuparam com o grau, chegando mesmo umas vezes a não fazerem caso dele, pagando como se tivesse 10 graus ou então pagavam como se as uvas tivessem mais 0.5 ou um grau. Por outro lado o governo, nunca se preocupou muito em, "no terreno", elucidar o agricultor sobre a melhor maneira de cultivar e tratar as suas vinhas de forma a reduzir a percentagem de apodrecimento e o mildio das uvas. Além disso incentivou, e com razão, o cultivo das castas nobres, tendo a freguesia do

Estreito beneficiado dos serviços gratuitos de enxertadores.

Ora neste momento, depois da campanha feita a favor das castas nobres, depois de até existirem pessoas pagas pelo Governo para fazerem enxertos os agricultores, ao encontrarem dificuldades no escoamento dos seus produtos, ao verem, pela primeira vez, as suas uvas sujeitas a uma escolha com rejeição das que se apresentam em más condições e de verem o grau do seu vinho baixar para valores nunca antes atingidos, reagiram mal.

Se esta situação se verificou, a verdade é que a culpa não foi deles, mas sim de quem até este momento permitiu e fomentou, devido à ganancia de ganhar clientes à concorrência, este estado de coisas, ou seja as empresas comercializadoras de vinhos. Ao governo, caberão também responsabilidades, uma vez que de uma maneira ou de outra, fechou os olhos a tudo isto e acabou por não preparar os agricultores para este desafio. E a revolta dos agricultores é ainda maior porque, para além de se terem empenhado como melhor sabiam, com erros é certo, dispendendo dinheiros na rega, adubação, etc. estão confrontados com um problema que nunca, mas nunca haviam suspeitado que viesse a acontecer, pois tinham castas boas, do tipo daquelas que o governo andava a propagandear na televisão e que até pagava os enxertadores e desconheciam que, contrariamente à banana, alguma vez o vinho estivesse em crise.

Perante esta situação a Junta de Freguesia chegou mesmo a formular uma proposta do seguinte teor e que apesar de irrealista, seria uma forma de compensar o agricultor:

Imediata auscultação "in loco", por parte do governo, sobre a opinião dos agricultores, de forma a se inteirar da situação e confirmar ou não as minhas preocupações.

informação correcta dos agricultores, reunindo com eles, com a máxima urgência.

Não rejeição das suas uvas, mesmo que apesar de castas nobres, a sua qualidade não ser a melhor.

Elevação "artificial" do grau das uvas em 0,5 a 1 graus, de forma a que o agricultor possa auferir, pelo produto do seu trabalho um rendimento mais condigno ou pelo menos semelhante ao que aconteceu em anos anteriores.

Que lhe seja dada a possibilidade de verificar e confirmar a graduação real do mosto que lhe está a ser atribuída, uma vez que, em virtude dos hábitos anteriores, julga que está a ser enganado e constitui outra fonte de discórdia.

Que, afim de proteger o grau, a apanha das uvas seja condicionada a uma prévia vistoria por parte de alguém do Instituto ou da Secretaria Regional da Agricultura.

Que desde já, afim de evitar idênticas situações nos próximos anos, sejam programados acções de formação sobre o cultivo da vinha e se crie uma espécie de consultor, disponível pelo menos uma vez por semana, nas alturas críticas do tratamento, de forma a que, o agricultor, em caso de dúvida possa facilmente recorrer.

Naturalmente que, estas sugestões poderão estar desajustadas tanto das defendidas pelos agricultores como das pretensões governamentais.

Ainda que o problema da colheita de 1991 fosse ultrapassado, haverá que desde já pensar em termos do próximo ano e, por isso mesmo, impõe-se que a Câmara, tal como a Junta intervenha junto da Secretaria da Agricultura no sentido de preparar convenientemente a forma de intervenção a aplicar, se ela se vier a justificar.

4. ARTESANATO

Em termos de artesanato, a freguesia do Estreito não tem particular importância uma vez que para além de não produzir nenhum produto com características próprias da localidade, o que produz, com excepção do bordado não o faz em grandes quantidade - obra de vimes.

ACTIVIDADES RECREATIVO-CULTURAIS

1. INTRODUÇÃO

No plano de actividades de qualquer município, o sector recreativo-cultural tem um peso cuja importância tem a ver com vários factores, entre os quais estão a disponibilidade financeira, importância desse sector no desenvolvimento da população e promoção das suas várias localidades e, sobretudo, a maior ou menor a vocação que têm os responsáveis autárquicos para a vertente cultural. Aliás, é também deste último factor que depende a importância qualitativa e muitas vezes quantitativa deste tipo de actividade, uma vez que será a sua capacidade de iniciativa e gestão que, associada à dotação orçamental, ditará a riqueza de acções.

Tendo as realizações de índole cultural uma importância relevante na sociedade

de hoje, mas havendo necessidade de as conciliar com magros orçamentos haverá que, de certa forma as seleccionar e dar primazia aquelas que têm reflexos no enriquecimento cultural das populações ou que constituam veículos de promoção das várias localidades. Em tempo de crise serão pois aquelas iniciativas que, apesar de se realizarem nesta ou naquela freguesia mas que se revelem de interesse para o concelho que terão de merecer a preferência.

Naturalmente que dado o seu interesse e importância, a sua organização terá necessariamente de ser o mais alargada possível e ter um grande e inequívoco suporte material e humano por parte da Câmara, que é a entidade mais representativa do concelho.

Sendo assim, e para evitar situações melindrosas, seria de toda a conveniência que anualmente se constituísse uma comissão cultural, sob a égide da Câmara mas alargada às várias Juntas de Freguesia e colectividades de natureza cultural, para elaboração não unicamente da semana do concelho mas de um plano ou calendário de actividades de índole cultural de interesse e âmbito concelhio e cuja concretização deveria ter todo o apoio da Câmara. Nas realizações das restantes iniciativas, então caberia às Juntas ou colectividades culturais a responsabilidade, em cada freguesia, pela sua organização de acordo com as suas dotações orçamentais ou meios que fora delas conseguissem angariar.

Desta forma, nessa comissão, cada freguesia não só apresentaria as iniciativas que na sua perspectiva considerava de maior impacto e susceptível de poder entrar no lote daquelas que deveriam merecer o estatuto de interesse concelhio, como

deveria elaborar a respectiva memória descritiva.

No seguimento desta ideia e da proposta a este respeito, formulada em Dezembro de 1990, através do ofício nº 383 de 4 de Dezembro e do qual em Janeiro de 1991 remetemos um excerto, considera a Junta de Freguesia do Estreito como realizações de âmbito ou interesse concelhio e, por isso, candidatas a beneficiarem de tal estatuto, o Desfile de Carnaval, o Cross das Cerejeiras, a Festa das Cerejas e a Festa das Vindimas/II Mostra de actividades da freguesia do Estreito.

Como dizíamos no primeiro ofício citado: a promoção cultural de uma população faz-se de várias formas e uma delas é, por um lado, incentivando a re-descoberta dos seus valores culturais intrínsecos, criando actividades que despertem o seu espírito criativo, que permitam um maior contacto social quer com pessoas da localidade quer com pessoas vindas de outros locais e com outras formas de pensar e, por outro, que criem momentos de lazer.

Contudo, os resultados dessa promoção cultural poderão ser substancialmente aumentados se simultaneamente, também se promoverem as belezas e potencialidades que a localidade apresenta. Desta forma, estamos a ampliar o número de pessoas que nos visitam e por isso mesmo a multiplicar o contacto com outras culturas e a potenciar o enriquecimento tanto cultural como financeiro da população.

Dáí que as nossas mais importantes manifestações culturais assentem nesta concepção de cultura.

2. O DESFILE DE CARNAVAL

O Carnaval foi uma das manifestações introduzidas no Estreito, pela Junta de Freguesia no decurso de 1990. Foi simultaneamente uma aposta na modificação dos hábitos recreativo-culturais da população e uma tentativa de promoção da freguesia, mas também não deixou de ser uma aventura com riscos políticos elevados. No entanto e apesar do escasso tempo disponível para a sua organização, constituiu logo na primeira edição um sucesso, sucesso que aumentou as nossas responsabilidades em termos de futuro. E essas responsabilidades, haveriam de serem colocadas à prova no ano seguinte, em 1991. Contudo, apesar de nesta segunda edição não termos beneficiado do apoio da Câmara, contrariamente ao que havia sucedido no ano anterior, o desfile não só teve a presença de mais figurantes como em termos de público excedeu todas as expectativas. Saliente-se que nesta segunda edição, a Casa do Povo já se associou à iniciativa.

3. CROSS DAS CEREJEIRAS

Os objectivos que presidiram à organização da primeira edição, em 1990, deste certame foram a divulgação do atletismo e das potencialidades turísticas da freguesia, particularmente da sua zona alta. A experiência desta iniciativa,

mostrou a sua importância e os resultados, ao longo destas duas edições, apesar das carências que se fazem sentir tanto a nível de piso como de suporte ao nível de infra-estruturas turísticas, são animadores. Se houver apoio, esta será uma iniciativa a dar continuidade e constitui, sem dúvida um dos mais importantes meios de promoção turística da zona alta da freguesia e, por conseguinte, também do concelho

4.FESTA DAS CEREJAS

A festa das Cerejas existe, ainda que com algumas interrupções, pelo menos desde 1954, altura em que a imprensa lhe dedicou um particular relevo e em que tudo leva a crer, pela primeira vez, aparece a referência a um cortejo alegórico. Apesar de ter sobrevivido ao longo dos anos sem apoios oficiais a verdade é que se impunha uma certa reflexão com vista a uma sua maior projecção, suficientemente importante para construir um cartaz promocional da freguesia a nível regional. Além disso não se compreendia bem o motivo porque outras festas de frutos de criação mais recente eram apoiadas por estruturas governamentais e esta não! Se é verdade que a cereja não tem, no contexto regional, grande interesse económico, também o mesmo se verifica relativamente a outros produtos que são alvo de festas. Por outro lado também, da

mesma forma não se justifica o dispêndio de dinheiros públicos para realizar duas festas para o mesmo produto, mesmo que a sua importância económica esteja comprovada.

Desta forma, compreendia-se o facto de várias vezes se levantarem em favor do apoio governamental a esta festa e, para além de comentários individuais, assume particular destaque, pela sua importância as declarações públicas nesse sentido vindas, quer por parte da Junta de Freguesia do Estreito, quer por parte da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, particularmente em 1990 e que mais tarde se traduziriam em duas decisões importantes: Deliberação da Câmara Municipal de Câmara de Lobos solicitando à Secretaria Regional da Economia apoio para esta festa e a inclusão na proposta da Junta de Freguesia do Estreito enviada à Câmara Municipal, em Dezembro de 1990 e que visava consciencializá-la para a vontade do Estreito em ver algumas actividades incluídas no plano de actividades da Câmara e entre elas a Festa das Cerejas.

Em 1991, tanto a Câmara como a Secretaria Regional da Economia, através da Casa do Povo do Estreito, decidem finalmente dar o apoio a este certame, tendo a sua realização constituído um sucesso que se espera repetido e ampliado em próximos anos.

5.FESTA DAS VINDIMAS

De acordo com uma notícia publicada num jornal regional, a primeira vez que

na freguesia do Estreito esteve envolvida na festa das vindimas terá sido em 1953, altura em que se fez representar no cortejo da festa da vindima levada a efeito no Funchal. Nele tomaram parte, desta freguesia três carros: o primeiro com um grande cesto de uvas, o segundo com uma pipa e alguns objectos de verga, e o terceiro com um pedestal enfeitado a cedro, tendo no cume um retrato a carvão do sr. engenheiro Amaro da Costa e duas quadras alusivas ao mesmo quadro. Neste camião seguiam alguns produtos da terra, ofertados por pessoas generosas da freguesia. Entre os carros seguiam os borracheiros cantando canções apropriadas à época das vindimas e um rancho da freguesia cantando versos de autoria popular.

Contudo, em 1963, numa organização da então Delegação de Turismo da Madeira realizou-se no Estreito a primeira festa das vindimas e que visava o objectivo de proporcionar aos turistas a demonstração de como se trabalhava o nosso famoso vinho de fama secular. Para o efeito, foi elaborado um programa que patenteou aos milhares de pessoas que ocorreram ao Estreito de Câmara de Lobos.

Depois disso e após alguns anos de interregno, a Festa das Vindimas conhece, através da Secretaria Regional do Turismo, novo figurino. No entanto, como havia já sido referido no ofício 383 de 4 de Dezembro de 1991, a hora e a curta duração da sua realização compatível com o interesse das pessoas a quem se dirigia, os turistas, o que naturalmente se compreende, nunca atingiu, para Estreito os ganhos secundários que uma iniciativa deste tipo deveria trazer.

Apesar de haver quem no decurso de 1990, quando a SRTCE cancelou as festividades no Estreito, numa altura em

que estávamos a pensar desencadear a sua transformação, nos tentasse empurrar para a sua organização de uma forma autónoma, optamos por aguardar a evolução dos acontecimentos e recusamos o suicídio que nos era proposto. Esta atitude que descontentou alguma gente, mais interessada em malabarismos eleitoralistas do que em defender os interesses autárquicos, pois corriamos o risco de passar a pagar uma festa quando o que interessava era que o Funchal continuasse a suportá-la ainda que sofrendo algumas alterações propostas por nós e com vista a uma sua maior rentabilização para a freguesia, viria um ano depois, em 1991, a se mostrar ter sido a mais adequada.

Assim, após um interregno de um ano, a festa das vindimas haveria de voltar mais forte do que nunca e sem que o património financeiro autárquico fosse substancialmente sobrecarregado dado o reassumir de responsabilidades pela SRTCE, tendo a Câmara complementado o défice orçamental.

No entanto, relativamente à edição de 1991 das Festas das Vindimas algo mais haveria de acontecer do que o seu reaparecimento. Pela primeira vez este certame deixa de ser uma festa para inglês ver e transforma-se numa manifestação de promoção da freguesia a nível regional. Em vez da habitual manhã de sábado, a Festa das Vindimas passa a ter a duração de três dias e são englobadas numa mostra de actividades da freguesia do Estreito, a primeira.

Após este certame que, sem dúvida nenhuma constituiu um sucesso, resta a esperança da continuação do apoio por parte da Câmara e a sua disponibilidade para proceder à abertura do tão sonhado caminho da Achada que, para além de vir

descongestionar o trânsito do centro da freguesia, permitirá resolver as dificuldades encontradas em 1991, em termos de utilização do espaço para a festa das vindimas e que se revelou o ideal.

6. DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Em termos de animação cultural e para além dos momentos que os vários centros de animação quotidianamente lhes proporcionam, o dia Mundial da criança deverá constituir, não só, um momento de reflexão, para os adultos, mas de maior contacto, de convívio com outras crianças, que não apenas aquelas que ela brinca no seu dia a dia, tal como propusemos em 1990 voltamos a vincar a necessidade de nesse dia se criarem condições para concentrar todas as crianças num único local do concelho e aí se montar um espectáculo a elas dirigidas, em vez de se dar um pequeno subsídio a esta ou aquela escola em detrimento de outras cujos responsáveis ou são menos dinâmicos ou têm razões suficientes para ignorarem as carências e as necessidades das crianças, em termos de convívio.

Constituem outras iniciativas que, apesar de terem interesse concelhio relativo, não poderão deixar de serem consideradas, até porque poderão ter necessidade de utilização de infra-estruturas pertencentes à Câmara (transportes, palco, pequeno subsídio, etc.)

Na realização de determinadas actividades de índole recreativo-cultural muitas vezes são necessárias algumas infra-estruturas que, tal como o palco, se estivessem à disposição da Câmara resultariam numa economia de meios e maiores oportunidades de algumas iniciativas se multiplicarem e que, por isso mesmo, urge prestar alguma atenção, como são, por exemplo uma mesa de mistura com amplificação e alguns microfones.

7. RONDA DOS CASTANHEIROS
MARCHAS POPULARES
ENCONTRO DE GRUPOS
INSTRUMENTAIS DO ENSINO
PRIMÁRIO
ANIMAÇÃO DE VERÃO

orientar, pela inexistência deste tipo de sinalização.

Apesar de todo o processo de aquisição deste material, ser moroso e compreendermos perfeitamente a demora, não queríamos deixar de, neste momento particular, reforçar o nosso desejo.

IDENTIFICAÇÃO DAS VÁRIAS REGIÕES DO ESTREITO

A sinalização informativa dos vários destinos que o Estreito pode oferecer, foi, também uma das preocupações da Junta, e por isso mesmo, em ofício datado de 31 de Agosto de 1990, solicitou à Câmara que, com carácter de urgência mandasse proceder à instalação de placas indicadoras de localidade, de acordo com um plano que em anexo enviou. Esta tomada de posição impunha-se porque são frequentes os estrangeiros e outros forasteiros que nos visitam e todos encontram imensas dificuldades em se

SANEAMENTO BÁSICO

1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Uma outra preocupação da Junta ao longo do seu mandato tem sido o abastecimento de água ao Estreito e toda a sua conduta tem sido dirigida mediante uma filosofia que a este propósito tem, e que, não será descabido apresentá-la.

O abastecimento de água potável às populações constitui uma, senão a mais importante, preocupação e quebra cabeças para quem tem responsabilidades no poder, seja ele autárquico ou não.

Até há algumas décadas atrás, os marcos fontenários constituíam o mais importante meio para esse abastecimento e a sua construção ou inauguração era vivida como um grande acontecimento.

Hoje as necessidades e exigências da sociedade são outras e o fontenário, antes imprescindível à vida das pessoas, passou à história, dando assim lugar ao abastecimento domiciliário.

Contudo, a verdade é que nalgumas zonas, isso infelizmente não acontece e vive-se como há cinquenta ou sessenta anos atrás, ou seja dependentes desta reliquia histórica. Mas mais grave ainda é que ao dobrar o século XX e numa terra que se recusa admitir pertencer ao lote dos terceiro-mundistas, há pessoas que não pedem abastecimento de água ao domicílio, mas unicamente a construção de um fontenário mais próximo das suas casas ou aumento do caudal de água nos existentes.

Custa, para quem está à frente dos destinos de uma freguesia ouvir em 1991 um pedido destes, como custa constatar, no Verão, as grandes bichas que desde as primeiras horas da madrugada e até ao cair da noite se formam em redor dos fontenários, com vista ao abastecimento de água para as necessidades do quotidiano. Mas, o que custa ainda, mais, é, na maior parte das vezes, não poder satisfazer tão primitivo e, em termos financeiros, tão insignificante pedido.

As zonas mais altas, a exemplo do que certamente se verifica noutros locais, são aquelas onde o problema da falta de água atinge proporções alarmantes.

De relativa facilidade para as regiões situadas abaixo da levada do Norte, a solução acima desta reveste-se de alguma dificuldade. Tanto mais que, às necessidades de água potável, se juntam as de água para a agricultura, com a agravante, ainda, de que ambos os tipos de necessidades disputam quase sempre as mesmas fontes de abastecimento, o que tantas vezes gera conflitos. As pessoas queixam-se, e com razão, da falta de água potável, reclamam pela construção de mais um fontenário aqui outro acolá, mas quando tentamos canalizar água que brotando de uma nascente e se perde pela ribeira, mais abaixo logo surge alguém que reclama os direitos sobre tal água para a agricultura. Abaixo da levada do Norte esse problema não se coloca com tanto dramatismo, uma vez que, com base neste importante curso de água, para além de existir uma grande cobertura em termos de abastecimento agrícola, também o abastecimento domiciliário já atinge proporções importantes. Além disso beneficia de água proveniente de importantes nascentes situadas nas zonas altas e das existentes um pouco por toda a parte, em toda a sua extensão.

No global, contudo, poderemos dizer que o abastecimento de água ao Estreito é, sem dúvida um problema difícil e na sua resolução ter-se-á de ter um pouco vistas largas, caso contrário, correremos o risco de andarmos sempre na pedrinha da água. Para além disso, haverá um dado importante a ter em conta: numa zona rural dificilmente um projecto de abastecimento de água ao domicílio será verdadeiramente eficaz e de custos aceitáveis sem a existência de um outro, simultâneo, para o abastecimento à agricultura.

O consumo de água nas zonas rurais é bastante superior ao verificado nas zonas urbanas, o que facilmente se compreenderá pelas próprias características das habitações com quintal em seu redor onde, para além dos inúmeros acessos, se plantam umas arvores de frutos ou uns produtos hortícolas (alfaces, pepineira, salsa, couves etc.) para consumo no dia a dia; onde se constroem o chiqueiro, o galinheiro, o curral para a cabra e a casota do cão e onde se arranja um espaço para as flores, sempre indispensáveis nas casas madeirenses. Ora, todos esses acessórios associados à necessidade de rega, manutenção e limpeza condicionam, que para além do consumo com a higiene e alimentação, iguais quer na cidade, quer no campo, haja um consumo suplementar de água. Daí a certeza da falência de qualquer plano de abastecimento desintegrado.

É claro para estes gastos, não previstos no abastecimento de água, digamos assim, poder-se-á impor medidas restritivas, como seja o aumento da tarifa da água a partir de determinado limiar, mas o problema persistirá, o descontentamento popular continuará e a agricultura, mesmo de subsistência, não se desenvolverá. Por isso, haverá que pensar, também, neste problema, caso contrário não haverá água nem condutas que consigam de Verão ou inverno satisfazer as necessidades de abastecimento de água potável. Haverá que desde já planear a construção de reservatórios em número e capacidade suficiente para armazenar água de inverno para o Verão e, depois, proceder à sua distribuição, tal como acontece com a levada do Norte e que muita água terá de transportar para conciliar a

agricultura com o aumento do consumo consequente à ampliação da rede de distribuição domiciliária.

Como se poderá verificar, projectar o abastecimento de água ao Estreito, prevendo todas estas situações envolve alguma complexidade e terá de ser sempre um projecto global. Por isso dizer que esta ou aquela nascente poderia resolver o problema deste ou daquele lugar é ter uma visão míope do problema; é querer tapar buracos e cujo remendo pouco tempo duraria; é insistir na continuação dos fontenários, quando aquilo que é desejável é acabar com eles; é ludibriar a população, atitude que só poderá ser entendida como uma "jogada" visando a obtenção de resultados óbvios, mas contrários aos interesses da população e da freguesia. As nascentes existentes ou a serem exploradas, têm realmente um papel importante, e quem sabe talvez primordial, no abastecimento de água ao Estreito, mas terão de ser incorporadas num projecto global de forma a, por um lado, dotar toda a freguesia de uma rede eficaz, permanente e equilibrada de distribuição ao domicílio e por outro lado salvaguardar, de forma eficaz e sem que se verifiquem conflitos, o abastecimento de água à agricultura.

Não sendo recente o problema do abastecimento de água, naturalmente que as entidades governamentais têm, desde há muito, dele conhecimento e neste momento encontra-se já em execução um plano de abastecimento de água potável ao Estreito. Contudo, apesar de existir um plano de abastecimento de água ao domicílio em execussão, pelo menos na sua primeira fase, quizemos conhecê-lo de forma mais pormenorizada e isso foi-nos feito pelo Presidente da Câmara, na sequência do nosso ofício

datado de 22 de Março de 1990. No entanto, algumas dúvidas surgiram e porque as pessoas, que nos procuravam pedindo fontenários tinham direito a uma resposta concreta, sem no entanto, correremos o risco de dar informações menos certas, achamos que a melhor maneira, era colocar as nossas dúvidas por escrito à Secretaria que tem a tutela da execussão do projecto, na esperança de recebermos a resposta, também, por escrito. Desta forma estaríamos salvaguardados de metermos água, num problema tão melindroso como este. E assim, nesse sentido, enviamos um ofício para a Secretaria Regional do Equipamento Social. A posteriori, esta atitude talvez tenha sido um erro e a prova está, na discussão havida numa das sessões da Câmara Municipal, quando os seus membros tomaram conhecimento do conteúdo da resposta ao ofício da Junta, uma vez que a SRES enviou para a CMCL uma cópia. Na altura, por informações chegadas até esta Junta, o nosso acto foi entendido como despropositado e uma forma de ultrapassar a Câmara. Essa não foi, contudo, a intenção da Junta e realmente só depois é que nós nos apercebemos de que o nosso acto poderia levar a tal interpretação.

Mas, a Junta de Freguesia, não só se preocupou com o abastecimento de água potável, o abastecimento de água para rega é também uma das grandes carências da freguesia e, apesar das perspectivas apontadas, no ofício da SRES, a propósito do abastecimento de água potável, receamos que ele possa falhar, se simultaneamente, não for criada a alternativa, para a rega. Daí que a Junta tivesse alertado a CMCL, através de um ofício datado de 17 de Julho de 1990, para essa necessidade, solicitando a sua

intervenção no sentido de elaborar, mandar elaborar ou pedir à Secretaria da tutela que elaborasse um plano para captação e distribuição de águas para rega de forma a abranger as zonas mais carênciadas, particularmente as situadas acima da Levada do Norte.

É claro que, a Junta, com estas duas preocupações, não resolveu, o problema imediato de uma grande parte da população e que pouco mais exige do que um fontenário mais à mão. E não resolveu porque se sente impotente para o fazer. Se sem ovos não se fazem omeletes, também sem água, não tem qualquer sentido fazer fontenários. Na verdade, na zona alta do Estreito, o problema da captação e canalização das águas existentes, não é fácil, pois ambos os tipos de abastecimento disputam as mesmas fontes de água.

Daí que enquanto se aguarda a conclusão das obras incluídas no projecto de abastecimento, se deverá tentar a captação de água de nascentes até agora não utilizadas para rega ou para beber e, não só construir mais fontenários, como aumentar o caudal dos existentes. Desta forma, diminuir-se-ão os problemas de abastecimento durante o Verão e criar-se-ão fontes suplementares ao projecto global de abastecimento.

2. RE-ESTRUTURAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO CALVÁRIO

Sendo a água um bem indispensável à vida humana, é importante que se

encontre disponível nas melhores condições de salubridade, até porque se tal não acontecer, poderá constituir um veículo para propagação de muitas doenças susceptíveis de conduzirem graves danos físicos e inclusivamente a morte. Desta forma, a sua distribuição domiciliária obriga a que sejam salvaguardados determinados cuidados, até porque a sua proveniência não está isenta de factores contaminantes. A este propósito bastará percorrer algumas centenas de metros da conhecida levada do norte a jusante da Central de Tratamento de Águas do Calvário, para verificar a existência ocasional de animais mortos circulantes, despejos de excrementos por parte da população que vive acima desta, etc.

Por esse facto, haverá que prestar a máxima atenção nas regras de funcionamento das centrais de tratamento de águas, nomeadamente da única existente no concelho, de forma a evitar que a água distribuída continue a apresentar variações apreciáveis na quantidade de cloro, uma frequente cor e gosto terroso e sirva de veículo a uma enorme quantidade de impurezas que entopem os contadores, os mecanismos dos autoclismos, os filtros das máquinas de lavar, etc. Além disso, como forma de assegurar um correcto tratamento das águas, haverá que, na impossibilidade de efectuar um controlo analítico diário dada a variação permanente da qualidade da água, desencadear os meios necessários a que, pelo menos semanalmente ele fosse efectuado.

Por outro lado, se a qualidade da água que bebemos é importante, a quantidade também o é, e, a ausência de água aos sábados sendo uma constante, merecemos também alguma preocupação e, por

isso, a revisão da central de tratamento de água deverá ter isso em conta.

3. LIMPEZA

A higiene constitui um valor e uma conduta extremamente admirada pela sociedade e um factor condicionante na sua opção ou não por determinado serviço público ou privado. Além disso não deixa de também constituir um importante indicador cultural.

Desta forma, assiste-se hoje a um grande esforço por parte das entidades privadas prestadoras de serviços no sentido da apresentação de uma maior higiene e apresentação dos seus produtos ou serviços de forma a satisfazer, também, uma clientela cada vez mais exigente.

Relativamente ao sector público é natural que não só acompanhe este esforço como até intervenha na sua liderança, pois em causa está toda uma comunidade e a defesa dos seus valores, da sua dignidade. Sendo assim, a sua acção verifica-se a dois níveis: fiscalização da qualidade em termos de higiene dos produtos ou serviços disponibilizados à comunidade pelo sector privado e limpeza das áreas ou espaços de utilização comunitária como são os arruamentos e espaços de lazer etc.

Estando estas áreas habitualmente ligadas a áreas habitacionais ou comerciais é natural que a sua população pretenda ver estes espaços limpos, não só para que a sua vivência possa ocorrer em condições

de higiene, como para causar um ambiente agradável a quem, na procura de determinados serviços opte pela visita à localidade.

Nesta perspectiva é importante que em cada freguesia, a sua Junta intervenha, junto dos serviços da tutela sempre se verifique anomalias nos serviços de limpeza. Assim, atendendo às características particulares do Estreito, a Junta de Freguesia solicitou à Câmara Municipal de Câmara de Lobos, em ofício datado de 22 de Março de 1990, a limpeza dos principais arruamentos do centro da freguesia aos Domingos, após as 12 horas. Como razões apontava o facto do movimento e ambiente de mercado vivido de manhã, conduzir à acumulação de uma quantidade de lixo incompatível com a posterior afluência de forasteiros.

Depois de um período em que essa limpeza foi efectuada com alguma regularidade, hoje ela volta a não se verificar. Mas a limpeza dos principais arruamentos, por sinal, bastante mal pavimentados, também envolve a sua lavagem e, na mesma altura solicita-se com uma periodicidade, pelo menos mensal. Infelizmente, este pedido também tem sido ignorado.

Em Dezembro de 1990 a Junta voltou a insistir neste assunto, tendo nessa altura sido sugerido à Câmara que se contemplasse a vontade da freguesia em ver uma maior eficácia na sua limpeza, quer prevendo verbas para varrer os seus principais arruamentos ao Domingo, quer para a sua lavagem nocturna periódica. A este propósito chegou mesmo a solicitar à CMCL a supervisão dos serviços na zona do Estreito, uma vez que mais do que ninguém era ela que estava a par das necessidades da freguesia, nesta área.

Mas a limpeza não é só varrer ou lavar. Envolve também a recolha de lixo. Desta forma haverá que, apar do esforço numa limpeza mais eficaz e de acordo com as características da freguesia, se planear o aumento do circuito e frequência da sua recolha.

4. SANITÁRIOS PÚBLICOS

Ainda que os estabelecimentos comerciais disponham de instalações sanitárias, é importante que nos principais centros populacionais da freguesia, particularmente aqueles que merecem a preferência de forasteiros, a comunidade disponha de instalações sanitárias públicas. Havendo uma destas infra-estruturas já em funcionamento, no centro da freguesia, interessa, agora, que não só um maior cuidado seja usado na limpeza de tais instalações como se pense em dotar outros locais de tais infra-estruturas, nomeadamente nas Corliceiras, local de afluxo importante de turistas.

5. REDE DE ESGOTOS

A freguesia do Estreito encontra-se, neste momento muito longe de possuir uma

rede de esgotos compatível com as suas reais necessidades, o que leva, muitas vezes a que as pessoas adotem comportamentos desadequados à vivência em sociedade e que se traduzem no lançamento, permanente ou periódico, de excrementos para a via pública.

Naturalmente que esta atitude primária não poderá ser explicada unicamente com base na ausência de uma rede de esgotos, e que num meio rural, com uma distribuição habitacional dispersa por melhor que seja nunca será capaz de fazer uma cobertura total, mas também em factores culturais e na ausência de uma acção firme por parte da Câmara na obrigatoriedade de construção de fossas sépticas com capacidade e técnica adequadas.

Desta forma, haverá que implementar a ampliação da rede de esgotos ao longo das principais vectores de distribuição populacional e, nos casos onde isso não é possível, obrigar a construção de fossas sépticas fornecendo simultaneamente todo o apoio técnico e exercendo uma fiscalização rigorosa sobre a sua construção.

6. ILUMINAÇÃO

Em termos de distribuição de rede de iluminação, parece haver uma boa cobertura. Contudo, a nível de iluminação pública existem muitas carências e justificam uma intervenção do poder autárquico.

HABITAÇÃO

A habitação constitui hoje um dos mais importantes problemas que a sociedade e, em particular, os seus jovens têm de enfrentar. Para além dos seus custos, incompatíveis com o orçamento do indivíduo ou casal de rendimentos médios e que inviabilizam o desejo de aquisição de casa própria, os arrendamentos para além de escassos envolvem, ainda, custos demasiado elevados e as alternativas que são oferecidas em termos de financiamentos bancários bonificados para a habitação, não passam de vias publicitárias para atingir objectivos políticos por parte das entidades que detêm o poder, uma vez que são inacessíveis à maioria dos jovens trabalhadores sem formação académica média ou superior.

Perante este espectro, resta aos jovens que não disponham de fortuna pessoal ou familiar, protelar a constituição do seu lar; optar por partilhar a habitação dos sogros ou pais; adquirir se os seus

magros rendimentos a isso permitirem, um terreno pouco dispendioso e que na maior parte dos casos se situa em locais inhóspitos, para aí construir a sua habitação; viver sob a modalidade de hóspedes num quarto sem condições e onde a presença de crianças não é, na maior parte dos casos permitida ou, então, se os pais dispõem de uma parcela de terreno pedir-lhes para que nela deixem construir a sua habitação, se as suas disponibilidades financeiras a isso permitirem. No entanto, a opção por esta última situação nem sempre é fácil e, sobretudo, nem sempre é pacífica. Nem sempre é fácil porque muitas vezes os terrenos situam-se em zonas com acessos difíceis e onde a disponibilização dos meios de saneamento básico se não é impossível, pelo menos se reveste de alguma dificuldade. Depois, muitas vezes a esta opção ainda se associam problemas de ordem familiar. São os irmãos que se sentem prejudicados porque o pai já não dispõe de outro terreno para lhes dar, porque o pai deu o maior e o mais valioso terreno, enfim, situações desagradáveis que na maior parte dos casos perduram para toda a vida. Aliás, este tipo de problemas surgem também muitas vezes com aqueles casais que permanecem em casa dos pais, uma vez que depois da sua morte acabam terem de a abandonar, sob a força das divisões de bens e ainda correm o risco de serem acusados de se terem apropriado indevidamente de meios financeiros, pertencentes aos pais e que, logicamente deveriam reverter em benefício de todos.

Ainda que, na sua generalidade, a população da freguesia do Estreito faça da vontade em dispor de uma habitação própria um ponto de honra e por isso

amealhe o produto do seu trabalho e coma o pão que o diabo amassou para poder construir a sua casa no terreno que os seus antecessores lhe deixaram por herança, que o pai ou sogro lhe deu permissão ou então que as suas magras economias permitiram adquirir, a verdade é que um importante sector da população, apesar dos seus esforços não o consegue.

Por outro lado, aqueles que o conseguem enfrentar, muitas vezes, um sem número de problemas, uma vez que a localização das suas habitações, na maior parte dos casos, se situam fora do alcance de acessos e infra-estruturas básicas condignas e pagam por isso, não só, a factura da sua vontade férrea em dispor de uma habitação própria, quando não disponham de meios suficientes para o efeito, mas ainda ouvem da boca de responsáveis políticos as maiores barbaridades quando pedem a iluminação ou o arranjo da sua vereda. É claro que há quem pense diferentemente e tenha, curiosamente, melhor sorte, ou seja, seja premiado com habitação suportada pelo erário público e que por isso mesmo se dá ao luxo de rejeitar o pão que o diabo amassou e em vez de amearhar o produto do seu trabalho para possuir uma habitação condigna o dispenda na poncha ou num sem número de aquisições supérfluas.

Desta forma, o problema da habitação no concelho de Câmara de Lobos terá necessariamente de ser olhado de outra forma e de uma vez por todas deixar de ver a vila de Câmara de Lobos como o único local onde existem problemas. A freguesia do Estreito também tem problemas de habitação uma vez que os seus habitantes não são mais ricos do

que os da vila, nem os seus empregos são mais bem remunerados.

Assim, a resolução do problema da habitação terá de ser encarado num plano global, que privilegiando, é certo, as zonas mais carênciadas não mostre dualidade de critérios na sua atribuição nem se critique o facto de alguém que, após construir uma casa onde dispunha de terreno, ainda que com localização inóspita, venha pedir o arranjo da sua vereda quando não se lhes dá outra alternativa ou se dispendem muito mais verbas na construção de casas para dar, com a agravante, ainda de se estarem a alimentar vícios culturais e o parasitismo.

Relativamente aos táxis, apesar do seu número atingir o limite das possibilidades de rentabilidade para os seus proprietários, de forma a justificar a continuação da sua actividade o ideal seria que cada Centro Populacional ficasse dotado de um serviço de táxi próprio em vez da sua concentração no centro da freguesia. Contudo, isso não dependerá propriamente da autarquia mas da viabilidade económica para a sua rentabilidade e a possibilidade disso vir a interessar algum empresário. Para além disso, haverá que ponderar o risco da cedência de alvarás a instalar nestes centros poderem a vir a inviabilizar, por baixo rendimento o início da actividade ou desencadear conflitos e desentendimentos entre os utilitários das várias praças.

TRANSPORTES COLECTIVOS

Em termos de transportes colectivos a freguesia do Estreito encontra-se razoavelmente servida tanto em transportes de mercadorias quanto em transportes de passageiros.

Relativamente aos transportes colectivos de passageiros a cobertura em termos geográficos é neste momento a possível, havendo no entanto necessidade de um levantamento exaustivo das verdadeiras carências da população de forma a efectuar algumas adaptações em termos de horários, afim de permitir uma maior liberdade de acção.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INTRODUÇÃO

Como consequência das reformas de ensino ocorridas há alguns anos e que levaram à extinção das escolas técnicas, todos quantos não têm possibilidade de ascender a um curso universitário ou não, com saída profissional, passaram a constituir um grupo de potenciais trabalhadores cultos, é verdade, mas indiferenciados, candidatos a um emprego, num mercado cada vez mais exigente e onde as entidades empregadoras exigem preparação específica, ou seja, não bastando saber ler, mas sendo também necessário saber fazer.

Por esse facto, assiste-se hoje a um esforço compensatório, desta lacuna, por parte das estruturas governamentais através do incentivo à participação dos jovens nas acções de formação profissional, situação que com a entrada de Portugal na Comunidade Económica

Europeia e necessidade de especialização ganha ainda mais força.

Contudo, se é verdade que existe um esforço na promoção de tais acções, também é verdade que essas acções se fazem predominantemente no Funchal, portanto, relegando ao abandono, ainda que não desejado, as populações rurais. É claro que elas poderão participar em tais acções, no entanto, a distância e as dificuldades de transporte, o tempo dispendido e até a própria desinformação constituem factores desencorajadores à sua participação. Daí que se verifique uma necessidade das estruturas com responsabilidade na defesa dos interesses sócio-culturais e siliadas nos meios rurais em fazer um levantamento exhaustivo das áreas profissionais carenciadas e pressionarem as estruturas do poder sob cuja alçada se encontra a sua resolução, afim de que façam deslocar até essas zonas as acções em vez de serem as populações a se deslocar aos centros urbanos onde tradicionalmente elas são ministradas.

Assim, será da maior conveniência que, na medida do possível, acções formativas se façam nas próprias localidades e atendendo não só ao mercado de trabalho local como em áreas geográficas vizinhas, o que terá a vantagem de poderem cativar um maior número de participantes traduzindo-se simultaneamente numa diminuição de despesas e dispêndio de tempo em deslocações. Por outro lado, na programação destes cursos de formação, deverá haver a preocupação de, para além de colmatar as carências do meio, se atingir o maior número de pessoas, independentemente do sexo, idade e nível de formação académica de base.

Visando estas acções satisfazer as necessidades e exigências da sociedade, através da preparação de efectores válidos, constituem, também importantes meios conducentes ao acesso de meios de riqueza minimamente adequados à vivência em sociedade. Por esse facto, eles terão de serem enquadrados num processo dinâmico e realizados a uma velocidade e diferenciação tão rápida quanto a exige as transformações sócio económicas e industriais. É claro que este processo dinâmico envolve custos demasiado elevados, nem sempre compatíveis com os orçamentos institucionais. Daí a necessidade de, na medida do possível, se dotar as localidades de algumas infra estruturas permanentes e que possibilitem a sua re-utilização continua por novos ou por antigos formandos, respectivamente, quer para aprendizagem quer para treino ou aperfeiçoamento, sem que isso acarrete sobrecarga sucessivas de meios financeiros destinados a equipamentos e decorrentes do seu aluguer.

Como estruturas mais vocacionadas, no meio rural, para a detecção das carências formativas e seu encaminhamento necessário estão as Juntas de Freguesia e as Casas do Povo, onde existem. Daí a obrigação de estarem atentos a esta problemática e de servirem de interlocutores da população junto das instâncias superiores do poder. No entanto, como órgão político e representativo das reais ansiedades da população cabe à Junta de freguesia um papel de grande responsabilidade nesta matéria, ou seja o de velar pelos interesses da população e, por isso mesmo, actuar quando outros não cumprem de forma eficaz as suas responsabilidades ou quando, apesar dos

esforços efectuados as carências persistem.

CARENCIAS

Num meio rural, cujo mercado de trabalho é limitado e que por isso mesmo, um largo sector da população tem necessidade de recorrer a outras fontes de emprego, nem sempre é fácil inventariar de uma forma efectiva as carências formativas, principalmente se como contrapartida da sua realização se impuser a obrigatoriedade de emprego imediato para a maior parte dos formandos que concluem com aproveitamento a acção formaliva.

No entanto, porque os cursos de formação também têm um papel enriquecedor das capacidades individuais, quer culturais quer sociais sem que isso obrigatoriamente se reflita no mercado de trabalho, o que não quererá dizer que a pessoa directa ou indirectamente não aprofite benefícios monetários em várias situações a opção deverá ser feita nesta perspectiva, estando neste caso a culinária, os arranjos florais, a costura, o bordado, as relações humanas e a aprendizagem de línguas estrangeiras, etc.

No entanto, já num perspectiva mais profissional ou de aperfeiçoamento profissional justifica-se plenamente acções de formação nas áreas da construção civil (pedreiros, estucadores, serralheiros civis), da restauração (técnicas de mesa, relações humanas, higiene), secretariado (dactilografia e informática).

REALIZAÇÕES

Se não é fácil efectuar um levantamento ponderado das carências solucioná-las é ainda uma tarefa mais difícil e, às vezes até impossível.

Contudo, neste aspecto a freguesia do Estreito, aliás como a de Câmara de Lobos e Curral das Freiras poderão ter algum privilégio uma vez que possuem Casas do Povo próprias, vocacionadas para este tipo de realizações e dispendo de meios ou facilidades financeiras ou infra-estruturais não disponíveis por parte das Juntas de Freguesia.

Na tentativa de dar uma formação mais diferenciada aos jovens, nomeadamente no âmbito da aprendizagem de línguas estrangeiras, permitindo uma abertura possível na área do turismo, a Junta de Freguesia criou em 1990/91 uma extensão da Academia de Línguas da Madeira no Estreito. Em 1991 solicitou ao Centro de Formação Profissional um Curso de Aperfeiçoamento, para activos na área da mecânica auto e que decorreu num posto móvel instalado no recinto da Escola Preparatória do Estreito. Brevemente, em colaboração com duas empresas locais irá dar um curso de informática e outro na área da restauração.

Por outro lado, apesar de apenas ter um ano de existência e de ter enfrentado algumas dificuldades com a sua legalização, a Casa do Povo do Estreito, através do Instituto do Bordado e Tapeçarias da Madeira deu um curso de bordados que encerrou no dia 2 de Dezembro de 1991.

VIA RÁPIDA FUNCHAL- RIBEIRA BRAVA OS SEUS REFLEXOS POSITIVOS E NEGATIVOS

A via rápida Funchal-Ribeira Brava, constitui, sem dúvida nenhuma uma obra de extrema importância para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da população madeirense no geral e em particular da população beneficiada por esse melhoramento.

A aproximação do centro económico, político e social madeirense com as localidades rurais constitui um acto que merece todo o aplauso e é reveladora de uma conduta política descentralizadora e de um esforço no sentido da diminuição da desigualdade de oportunidades e desenvolvimento que se verifica entre a cidade e o campo.

No entanto, se no plano global, a construção da via rápida é uma obra que vem beneficiar a população por ela servida e a Madeira, a verdade é que ela também vem criar situações que eventualmente, se não forem cuidadosamente analisadas, poderão trazer alguns prejuízos a algumas localidades, nomeadamente às que se situam mais próximas do Funchal, como são as freguesias do Estreito e de Câmara de Lobos.

Para além destas localidades verem diminuído o número de forasteiros que as visitam e, por isso se reflectir negativamente na sua economia, as suas populações virão agravado o problema da habitação, uma vez que dada a sua mais rápida comunicação com o Funchal, assistir-se-á a um aumento da procura dos terrenos para construção da habitação com a consequente inflação. Por outro lado, também em termos autárquicos, assistir-se-á à eclosão de dificuldades que se prendem com uma maior exigência em termos de infra-estruturas de saneamento básico e para cujo crescimento, ainda não se verifica uma preparação adequada.

Dai que, relativamente à freguesia do Estreito vejamos a construção da via rápida com alguma preocupação, e defendamos um conjunto de propostas, que na sua maioria se situam no âmbito do desenvolvimento turístico, já exposto anteriormente.

eventuais dificuldades financeiras que os vários órgãos possam ter.

Com o orçamento que a Junta de Freguesia dispõe e mesmo tendo em conta o apoio em termos de materiais dados pela CMCL, a nossa capacidade de resposta aos pedidos efectuados está muito limitada, daí que, na situação actual pouco mais poderemos fazer do que passar atestados e assumir o papel de defesa dos interesses da freguesia junto das instâncias do poder e do qual, naturalmente, não abdicamos.

CONCLUSÃO

ESTREITO, 30 de DEZEMBRO DE 1991

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

MANUEL PEDRO DA SILVA FREITAS

Ao elaborarmos esta listagem de carências ou pretensões por parte da Freguesia que representamos, quizemos por um lado reforçar os pedidos que fizemos ao longo do ano de 1990 e de 1991 e por outro lado alertar a Câmara e não só para outras necessidades, cuja resolução nos pareceu da maior importância. Apesar da enorme listagem apresentada, muitas carências e necessidades não foram afluídas, contudo, certamente que teremos outras oportunidades para o fazer, com a convicção de que ESTAREMOS A CONTRIBUIR PARA UM BOM EXERCÍCIO DO PODER AUTÁRQUICO. Só com um correcto e exaustivo levantamento e equacionamento das necessidades poderemos cumprir de forma correcta as funções para que fomos eleitos, mesmo atendendo às